



Cuidando de quem cuida

**Instituto de Capacitação e Intervenção Psicossocial
pelos Direitos da Criança e Adolescente em Situação de Risco**

O TEMPO NO ABRIGO: PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA, GARANTIA DE SINGULARIDADE

Dirce Barroso França

O trabalho de Maria Lucia Gulassa¹, com os coordenadores e profissionais de abrigos nos mostra que a identidade do abrigo se constrói principalmente a partir do que ele **não é**. Uma identidade que se constrói a partir do negativo tem implicações problemáticas para a construção de um modo de funcionamento que atenda às necessidades do abrigo.

Penso que uma das conseqüências dessa identidade forjada a partir do negativo é a pouca importância que se dá ao **tempo ali vivido**. Como o abrigo é pensado como **um mal necessário, algo que não deveria existir**, o tempo ali vivido costuma ser também afetado por essa noção e esse desejo, o de não ter existido.

Contudo, nós seres humanos, somos seres de história. Seres de memória, nosso tempo contempla as três dimensões: passado, presente e futuro. Diferentemente dos demais animais, não nos basta a vida no presente. Ou melhor, nosso presente é sempre marcado pelo nosso passado e tem sempre um olhar voltado para o futuro.

¹ *A fala dos abrigos*- in ABRIGO- Comunidade de Acolhida e Socioeducação- Coletânea Abrigar- Instituto Camargo Corrêa

Os profissionais que trabalham nos abrigos costumam considerar que, para o benefício da criança, o melhor a se fazer é “apagar” o tempo de vida no abrigo. Assim, na maioria dos abrigos as crianças não têm registros desse tempo de vida: nenhuma foto, nada escrito que possa resgatar como eles foram, do que gostavam ou não.

A passagem de uma criança ou adolescente por um abrigo deve ser, por definição legal, breve. O tempo suficiente apenas para mudança das condições familiares que determinaram a medida protetiva ou, na impossibilidade do retorno à família de origem, a colocação em família substituta. O abrigamento, costuma-se dizer, deve ser medida não apenas *excepcional*, mas *provisória*. Penso que a natureza *provisória* do abrigo tem também contribuído para o equívoco de se considerar que o tempo vivido no abrigo, por dever ser breve, poderá ser “não integrado” à vida do abrigado. Ou, por ser **provisório, deverá ser precário**.

Outro fator que se alia aos demais acima descritos e que contribui para o modo como se lida com *o tempo e a história* no abrigo é a consideração de que o tempo vivido no abrigo é um tempo de dor e sofrimento. O passo seguinte é a adoção de uma postura de **negação do tempo**. Trata-se de uma estratégia de lidar com o sofrimento como se, por o ignorarmos, ele fosse deixar de existir.

Assim, a questão de uma identidade que se constrói pelo negativo; o deslizamento semântico que possibilita a passagem de *provisório* para *precário e a dificuldade em se lidar com a dor e com o sofrimento*, levam a esse modo de funcionamento dos abrigos no qual raramente há uma prática de se fazer registros cuidadosos sobre a criança/adolescente. Em geral, os registros se limitam a informações superficiais que serviriam para a grande maioria das crianças/adolescentes ali presentes e que, ao mesmo tempo, não dizem nada de especial ou particular de nenhum deles.

Bem sei que a maioria dos profissionais estará pronta a contra argumentar afirmando que não é nada disso! O que efetivamente impede de se dar a

devida importância a essa dimensão é o fato de que NÃO HÁ TEMPO PARA SE CUIDAR DE TUDO ISSO! São muitas as tarefas, muitas as demandas, e simplesmente o profissional não dispõe de tempo suficiente para “esses detalhes”! Não ignoro que vocês lidam sempre com demandas e problemas urgentes e graves. Mas, se há uma avaliação quanto à importância de se garantir determinados procedimentos e rotinas institucionais, estou segura de que se conseguiria contemplar o que aqui menciono. Penso que temos no Brasil uma reduzida tradição de se refletir sobre a instituição de modo a organizá-la a partir das necessidades e interesses daqueles aos quais se destina a instituição. E aqui não me refiro somente ao abrigo! Penso que a maioria das instituições que prestam serviços à população (na rede de saúde, nas escolas, nos serviços públicos, em geral) se organiza ignorando sua finalidade última: a de atender às necessidades dos usuários do sistema.

Reconheço que existe uma grande preocupação pela preservação da individualidade na maioria das recomendações técnicas para os abrigos. Mas, em geral, essas recomendações se limitam a aspectos mais facilmente circunscritos tais como: existência de armários próprios, roupas e/ou brinquedos pessoais, etc. Esse nível de preocupação, embora louvável e necessário, não é suficiente. É preciso que se tenha também uma preocupação com uma dimensão mais sutil: a da história da criança durante o tempo de abrigamento. História que, como disse acima, será uma ponte entre dois tempos de vida- passado e futuro. Será a preservação dessa história, absolutamente única e singular, que possibilitará, efetivamente, que os cuidados sejam individualizados e que cada criança/adolescente tenha um rosto bem definido.

E como se garante a preservação dessa história?

Em primeiro lugar, por meio de registros que possam contemplar um aprofundamento de aspectos psíquicos e emocionais daquela criança ou

adolescente, bem como de sua dinâmica familiar². Essas informações servirão como guia a orientar os profissionais em sua relação com a criança/adolescente. Nunca é demasiado reafirmar que por se tratarem, muitas vezes, de informações sobre aspectos muito íntimos da vida dessas crianças e de suas famílias, todo cuidado é pouco para que o acesso a tais informações seja única e exclusivamente com o propósito de melhor orientar nossa prática de trabalho. Dito de forma muito direta: há que se ter a extrema cautela para não se tratar essas informações para satisfação de nossa curiosidade ou, o que é ainda mais dramático, utilizar essas informações para, em um momento de conflito com a criança/adolescente, “jogar” em sua cara que ela provém de uma tal e tal família ou mãe assim ou assado e que só podia mesmo “dar nisso”. Insisto: o conhecimento aprofundado da criança só se justifica se for utilizado para proporcionarmos a ela cuidados qualificados e individualizados.

Além desse registro que é feito nos primeiros dias após a chegada da criança/adolescente, deve-se ter a prática permanente de registrar aspectos relevantes que se mostrem ao longo do tempo de estada da criança no abrigo. Que aspectos poderiam ser esses? Modo como a criança/adolescente lida com os colegas; momentos em que se sente mais afetado emocionalmente; reações por ocasião das visitas dos pais; habilidades e maiores interesses. Enfim, há uma ampla variedade de aspectos que poderão ser registrados.

Vocês certamente estarão se perguntando: mas em quê esse tipo de registro poderá ajudar a criança? Ela terá acesso a esses registros? Levará consigo ao ir embora do abrigo? E se não é para a criança levar consigo ou então seus familiares ou adotantes, qual o sentido disso? O seu sentido é, principalmente, o de **ajudar os profissionais a enxergar a criança/adolescente em sua singularidade**. Pois, o primeiro e essencial passo para que possamos lidar com uma determinada criança/adolescente respeitando-lhe como pessoa única, singular, é se fazemos um esforço permanente de atenção. Ao colocar,

² Aqueles que conhecem o valioso trabalho de Claudia Vidigal em seu projeto “fazendo história” poderão reconhecer que a perspectiva com a qual trabalho aqui é complementar à de Claudia. Aos interessados, acessem www.fazendohistoria.org.br, encontrarão ali formas criativas de se trabalhar com a criança no resgate e no registro de sua história.

como parte da rotina institucional, a necessidade de se fazer registros mais detalhados, sutis e permanentes sobre cada uma das crianças/adolescentes de que nos ocupamos, inevitavelmente nosso modo de lidar com aquela criança/adolescente será pautado pela compreensão que esse olhar individualizado nos dará.

Evidentemente que esses registros podem e devem ser também utilizados para orientar os pais ou candidatos a adotantes em relação às particularidades daquela criança/adolescente. Por essa via se introduz uma dimensão de *narrativa* sobre esse tempo de vida da qual os pais (biológicos ou adotantes) podem se apropriar como forma de aprofundar os laços com seu filho(a). É um modo de estar com o seu filho, mesmo não estando fisicamente com ele todo o tempo. É o que, aliás, é muito comum de fazer nas reuniões em escola nas quais o professor relata aos pais sobre como é seu filho no contexto escolar. Especialmente nos níveis mais fundamentais da educação, os pais ficam ávidos para saber “como são os seus filhos na escola”. Com mais razão no abrigo, onde o tempo de separação é muito maior, estabelecer esse laço de continuidade é importante!

Mas há também outras formas importantes de se preservar a história e, por essa via, a singularidade. Uma delas é pelos rituais como celebração de aniversário. É muito comum, nos contextos coletivos, que a data de nascimento seja comemorada de forma coletiva ao término do mês e, em alguns casos, até mesmo ao término do trimestre! Aí se faz uma grande festa com muitos balões no refeitório ou no espaço de reuniões do abrigo. E o aniversariante fica completamente “perdido” em meio a tudo aquilo! Ora, mais importante que fazer uma “grande” festa é fazer uma festa, ainda que modesta, um simples bolo com velinhas, para a criança/adolescente em seu dia e, preferencialmente, no seu espaço de vida, no seu local de referência diária. Participarão as crianças/adolescentes daquela casa e outros que o aniversariante queira convidar. Enfim, há que se fazer com clareza a marcação de que aquele dia é para aquela criança. E isso com direito a fotos! Fotos que serão também para o

aniversariante, que poderá colocar em um álbum ou guardar como melhor lhe parecer.

O importante é que se possa integrar esse tempo de vida aos outros momentos de vida. A ausência de marcadores externos (fotos, registros escritos, comemoração de aniversário, etc) dificulta essa integração e pesa como se esse fosse apenas um tempo de **não-ser**.

O momento de saída da criança/adolescente do abrigo é também uma experiência que deve ser cercada de todos os cuidados de modo a permitir que tanto para quem vai quanto para quem fica, haja um trabalho de **elaboração psíquica** dessa ruptura. Caso contrário, estaremos reeditando uma experiência de abandono certamente já vivida por muitos ali. Da cuidadora que teve que se vincular afetivamente à criança para bem cuidar dela e que agora tem que suportar a dor de vê-la partir, às demais crianças que vão permanecer no abrigo e que podem se sentir preteridas, além de abandonadas. Mas também para a criança que vai embora. Ela também já viveu a experiência de ter um vínculo rompido de forma súbita, imprevisível e inexplicável. Assim, mesmo nesse momento em que se pode considerar que **agora** ela estará retornando para uma condição de vida familiar (a sua de origem ou uma substituta), e que, portanto, não haverá mais razão para se preocupar, se não lhe dermos a oportunidade de **assimilar e integrar** essa mudança na sua vida, restará sempre, no íntimo de seu ser uma dúvida: “o que me garante que agora será diferente? O que me garante que agora não serei de novo surpreendido por mudanças dramáticas e imprevisíveis?”.

É preciso, então, que todos tenham o tempo necessário para que essa partida não seja vivida como algo traumático. Mas, o que fazer nesse tempo de preparação? Creio que, em primeiro lugar, que se possa **conversar** com todos os que convivem com a criança no espaço do abrigo a partir do momento em que já se tenha um certo grau de definição sobre o processo. Refiro-me à necessidade de se ter um certo grau de definição, pois penso que a equipe técnica deve monitorar o processo e ter elementos que lhe permita avaliar as

possibilidades de efetiva conclusão do mesmo. A partir do momento em que a equipe tenha esse grau razoável de confiança quanto à efetivação do processo, deve o assunto ser tratado com as cuidadoras bem como com as demais crianças/adolescentes que ficarão.

Conversar, devo frisar, não é o mesmo que **comunicar**. Conversar pressupõe abertura para ouvir e para dialogar. Pressupõe, por exemplo, a capacidade de **acolher respeitosamente** a tristeza da criança que fica ou a sua possível queixa ou ciúmes. Tristeza e ciúmes que nem sempre se expressam de forma verbal e direta, mas, muitas vezes, por vias indiretas como por um aumento da agressividade ou da rebeldia. Por vezes, nesses momentos, caberá ao cuidador ou, na impossibilidade deste, ao técnico, expressar claramente para a criança o que ela não consegue fazer de forma direta. Não há regras! Ou, talvez, haja uma única: saber que este é um momento que mobilizará muitos sentimentos em todos e caberá redobrar a atenção qualificada e singularizada para nos guiar na escolha da melhor forma de proceder.